

Para uma revolução epistemológica dos estudos indológicos

A crise científica está profundamente ligada ao mecanismo social, político e económico que tende a determinar o natural desenvolvimento das ciências e disciplinas correlativas. Ora, o conhecimento científico distingue-se da ideologia, que deforma o princípio e a realidade dos factos científicos; quando a ideologia se apropria da ciência, a ponto de a deformar, o movimento natural imanente do desenvolvimento da própria ciência, leva à consequente ruptura do paradigma. Os momentos de crise surgem, portanto, quando os métodos de trabalho ou as teorias, não satisfazem mais as exigências do próprio desenvolvimento.

José Carlos Calazans

Centro de Estudos em Ciência das Religiões e Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia

A maioria dos historiadores da História da Índia, indólogos e filologistas do Indo-europeu do século dezanove, adoptaram três postulados falaciosos (evidência linguística, teoria ariana invasionista e cronologia bíblica), a partir dos quais determinaram com imprecisão positivista alguns estudos indológicos e a cronologia da História da Índia Pré-clássica. Infelizmente, alguns historiadores contemporâneos continuam a seguir os mesmos postulados, sem se terem apercebido que novas cronologias (corrigidas), novos dados arqueológicos e novas interpretações e traduções dos textos clássicos, têm aberto novos horizontes e esclarecido uma parte considerável da História da Índia Pré-clássica. Este período histórico, tinha permanecido obscuro nos manuais da história e da linguística, enquanto as culturas do Oriente Médio desde finais do século dezanove, já apresentavam quadros claros de classificação.

O resultado desta errada atitude metodológica no trabalho de investigação científica em História, levaram aqueles investigadores a excluírem alguns dos elementos mais importantes de todo o processo evolutivo do pensamento pré-clássico indiano. A astronomia e a necessidade de cálculo matemático foram justamente dois desses elementos, utilizados para resolver os problemas básicos da sobrevivência das populações, ligados à construção do espaço urbano, religioso e astronómico.

O que se pretendeu rejeitar como não sendo prova evidente e não relevante, para os filologistas e linguistas

do Indo-Europeu (Indo-Ariano), é precisamente o que representa o centro das atenções de todo o ritual védico: a preocupação de medir o tempo de tal forma precisa, que não haja nenhuma falha nos rituais ao longo do ano.

A medição do tempo religioso foi coincidente com a do tempo astronómico sideral. Sem ela, todo o ritual e toda a cosmogonia não teriam nenhum sentido; sem ela, não teria feito sentido manter a tradição (oral) e registar no período fonético (utilizando um novo alfabeto, o *devanâgarî*), um ritmo de tempo determinado por configurações únicas e irrepetíveis.

O período védico e pós-védico refere-se, portanto, a um período astronómico perfeitamente identificável, que coincide com as referências feitas no *Rgveda*. É legítimo, portanto, classificar-se o Sânscrito-Védico, que preferimos designar por *ârśam?*, como o monumento linguístico Indo-Ariano mais antigo que se conhece.

Exceptuando a exagerada extrapolação astronómica de Tilak (1893) sobre a origem ártica dos Arianos, deve-se prestar a devida homenagem ao esforço de investigação realizada por Hermann Jacobi (1894), P. C. Sengupta (1938, 1941) e A. Seidenberg (1962, 1978). Os seus cálculos e investigações estavam basicamente correctos, mas as suas teses não fizeram eco entre sanscritólogos e historiadores, durante o seu tempo de vida.

A tese romântica de uma invasão Ariana na Índia (que os historiadores positivistas tradicionais defendiam e ainda hoje se mantêm), não podia tolerar a vetusta antiguidade dos Vedas, provada pela informação astronómica neles contida. De facto, nos Vedas não se encontra uma única referência a invasão, nem aí consta nenhuma descrição geográfica que possa ser identificável com a Ásia central, com os Balcãs ou com a Anatólia.

Apesar do respeito que merecem os sanscritólogos, indólogos e historiadores tradicionais da Índia, que ainda seguem a cronologia bíblica proposta por Max Müller como base para a datação do *Rgveda*, deve-se dizer, que excluíram dos seus instrumentos de auxílio metodológico, precisamente o que a Antiguidade Pré-Clássica indiana considerou de maior importância: a astronomia e a matemática.

Ao terem excluído estas ciências da sua metodologia de trabalho científico, reduziram a investigação a uma leitura deficiente dos textos em Védico. Durante o período em que viveu Max Müller, a arqueologia era tão deficiente que ninguém poderia adivinhar, que algum dia ela vira a ser um instrumento útil da História e da Antropologia e mais tarde tornar-se ela mesma uma ciência independente. O que diriam Max Müller, Monier-Williams, A. A. Macdonell, A. B. Keith, J. Eggeling e W. D. Whitney (só para mencionar os mais conhecidos), se tivessem tido acesso às datações fornecidas por ¹⁴C sobre o espólio arqueológico da cultura Harappâ? — não mencionando outros métodos como a termoluminescência, *fission track dating*, *obsidian hydration*, dendrocronologia e *archaeomagnetic dating*.

Esta falha é desculpável para quem viveu no século dezanove ou até mesmo no início do século XX, porém, Hermann Jacobi (1894) e P. C. Sengupta (1938, 1941), que também viveram neste período, não foram da mesma opinião quanto às possíveis cronologias detectadas a partir de referências nos hinos védicos. Estes dois investigadores partiram de um exaustivo estudo, que teve como referência fundamental, a informação astronómica contida nos textos védicos.

A última grande contribuição científica para a correcção deste erro metodológico

no trabalho científico em história, foi sem dúvida a investigação realizada pelo grande historiador da ciência A. Seidenberg (1962, 1978). Não é a primeira vez nem será a última, que as ciências como a matemática, a física e a astronomia, concorrem para a correcção de desvios na metodologia de trabalho em outras ciências auxiliares. Este processo é bem conhecido na evolução das ciências, e sempre que se chega a um impasse científico (*crise do paradigma*), é certo que os sintomas indicam um momento de *revolução epistemológica* e de *revolução científica*.

A revolução na ciência histórica é um facto conhecido, detectado e necessário. Tem ocorrido sempre que se dão fenómenos de crise científica, porém, esta revolução não ocorre simultaneamente em todas as ciências, dependendo unicamente da dinâmica interna e da capacidade que cada disciplina têm para se adaptar às novas exigências requeridas.

O modelo de autenticidade científica actual, atravessa uma profunda crise do paradigma dominante originado pelo racionalismo, que no caso da Indologia começou com Max Müller, A. B. Keith, J. Eggeling, W. D. Whitney, A. A. Macdonell e outros. A ruptura pela qual estamos a passar, iniciou-se com Einstein e com a mecânica quântica, mostrando que não só a relatividade do conhecimento está relacionada com a descontinuidade da matéria, como é possível ocorrerem vários acontecimentos no mesmo tempo e no mesmo lugar em total simultaneidade com outros ocorridos à distância (*relatividade da simultaneidade*).

Ora, para os filólogos e historiadores da Índia do século dezanove, era impossível imaginar sequer a possibilidade de outras civilizações terem atingido um ponto tão alto na sua evolução, como as civilizações Egípcia, Assíria e Grega; a Índia encontrava-se fora desta escala, e a sua prolixidade literária (linguística) como arquitectónica, devia-se unicamente a uma invasão Indo-europeia, para não dizer “Indo-germânica”. Para eles seria inaceitável a relatividade do conhecimento, assim como a relatividade da simultaneidade dos factos históricos, o que é desculpável; Heisenberg publicaria o seu *Die physikalischen Prinzipien der Quanten-theorie* em 1930 e Einstein apresentaria a sua *Teoria da Relatividade* em 1954.

Como se sabe também, a crise científica (*ruptura do paradigma dominante*) está profundamente ligada ao mecanismo social, político e económico que tende a determinar o natural desenvolvimento das ciências e disciplinas correlativas. Ora, o conhecimento científico distingue-se da ideologia, que deforma o princípio e a realidade dos factos científicos; quando a ideologia se apropria da ciência a ponto de a deformar, o movimento natural imanente do desenvolvimento da própria ciência, leva à conseqüente *ruptura do paradigma*. Os momentos de crise surgem, portanto, quando os métodos de trabalho ou as teorias, não satisfazem mais as exigências do próprio desenvolvimento. A Ciência é sempre mais rápida no seu desenvolvimento do que os mecanismos sociais e políticos.

É este fenómeno que se detecta hoje entre os estudos indianos que incluem as disciplinas da Linguística Comparada, Sânscritologia, História, Mitologia Indiana, Arqueologia, entre outras. Os imperativos políticos e económicos, assim como a estrutura cultural do sistema colonial europeu do século dezanove, determinaram o andamento dos estudos das línguas africanas e asiáticas, de tal forma que os horizontes cronológicos e a interpretação dos textos das culturas em estudo, ficou limitado aos parâmetros cul-

turais e religiosos da política colonial europeia. No caso dos estudos indianos, afectados pelo nacionalismo Alemão e pelo colonialismo Britânico. Este último, dando origem a uma tradição historiográfica nacionalista indiana.

A historiografia produzida nesta altura tem a marca profunda do seu tempo, ilustrado pelo exemplo citado por Monier-Williams, quando Colonel Boden foi nomeado para dirigir o departamento de Sânscrito da Universidade de Oxford: *[to] promote Sanskrit learning among the English, so as 'to enable his countrymen to proceed in the conversion of the natives of India to the Christian Religion* (Monier-Williams 1899)¹.

Outro exemplo, é Frederick Max Müller (1823-1901), positivista alemão e presbítero protestante, que em 1868 ao escrever ao Duque de Argyll, o secretário de estado da Índia, dizia: *The ancient religion of India is doomed, and if Christianity does not step in, whose fault it be?* (in Devi Chand 1988).

A situação que se verifica ainda hoje nos estudos indianos (Indologia) é o resultado deste processo social e político que marcou a Europa e os países que dela dependeram quando ainda colónias. A Índia, Indonésia e Indochina, por um lado, Marrocos, Argélia, Congo, Angola, Moçambique e África do Sul por outro, são exemplos da Europa de novecentos.

Foi Max Müller que criou a falsa cronologia para os textos védicos, baseada na crença Bíblica de que o mundo tinha sido criado a 23 de Outubro de 4004 a.C.; foi a partir desta crença que ele estabeleceu para o *R̥gveda* a data de 1200 a.C., e apesar do erro óbvio e da falta de rigor científico que caracterizou a maior parte dos investigadores do século dezanove, e das críticas que Max Müller recebeu, a sua retractação não eliminou o erro nem o uso que se fez da sua tese linguística e racial: *Whether the Vedic hymns were composed in 1000, 1500 or 2000 or 3000 a.C., no power on earth will ever determine*. Max Müller considerava ser impossível datar rigorosamente os Vedas, por excluir da sua metodologia de trabalho, o que ainda hoje uma grande parte dos indólogos excluem: o conhecimento astronómico contido nos textos e a matemática extensível à agrimensura — prática que os egípcios e sumérios consideravam vital no seu dia a dia (e porque não a cultura Védica?).

Naturalmente, que os novos avanços em investigação do período pré-clássico da Índia, vêm das disciplinas onde o elemento da ciência é mais evidente devido ao rigor requerido na análise dos factos. Foi a Arqueologia, neste caso como ciência auxiliar da pré-história da Índia, que começou a fornecer novos dados baseados em análises criteriosas feitas a partir do espólio e das estruturas urbanas, utilizando os novos métodos de datação e análise. Foram também as fotografias de satélite dos vales do Indo e do Sarasvatī, que permitiram detectar dramáticas anomalias nos seus cursos, para um período que coincide com os acontecimentos descritos no *R̥gveda*.

É também natural, que os novos dados e os relatórios de todas as campanhas arqueológicas realizadas nos últimos cinco anos, pelo menos, não sejam, nem estejam acessíveis a todos os investigadores e departamentos de estudos indianos (que não incluem necessariamente arqueólogos, geólogos e climatologistas). Também é de esperar a natural reacção e resistência por parte dos especialistas que ainda usam e defendem o antigo sistema *maxmülleriano*. Mas é precisamente esta situação que define o momento de *ruptura do paradigma* dominante nos estudos indianos.

A ciência indológica, no que diz respeito à análise da informação astronómica con-

¹Monier-Williams, *A Sanskrit-English Dictionary*, p. ix.

tida no *Rgveda*, e à matemática do período védico (*Śubalsutras*), funciona ainda com o *sensu comum* do racionalismo do século dezanove e portanto, carece do rigor no critério de cientificidade, o que estabelece fundamentalmente, como se sabe, a diferença entre *sensu comum* e o próprio conhecimento científico — o mesmo *sensu comum* do século dezanove continua a ser praticado, infelizmente, entre historiadores, linguistas e indólogos contemporâneos como se fosse um dado aceite, como se fosse parte do critério interno de cientificidade, nomeadamente a *intersubjectividade*.

São precisamente os critérios de cientificidade, que estabelecem os meios apropriados para conhecer o universo em todas as suas manifestações e fenómenos. Como não existe ciência sem método, e como para cada abordagem específica há um método específico, não se pode tentar interpretar um texto de carácter cosmológico, com referências astronómicas, como é o caso do *Rgveda*, fazendo uso de métodos estritamente linguísticos.

Seria completamente absurdo abordar Copérnico ou Galileu pela vertente filológica, ou tentar entender a *teoria da relatividade* e do *princípio quântico* partindo das etimologias dos termos chave usados em física. Ficariamos com a impressão de que os seus autores assim como as suas obras, teriam sofrido o resultado do choque cultural produzido por uma repentina invasão de uma cultura estrangeira, embora da mesma família linguística. Uma invasão de povos nómadas, das estepes centrais da ciência astronómica e da Física — um passo muito curto para a mitificação de uma Tartária da Ciência. Felizmente que nem Einstein nem Heisenberg viveram no tempo de Giordano Bruno!

Ora, a monumentalidade da historiografia indiana e da linguística comparada (indo-europeia) originada no século dezanove, segundo as determinações de uma Europa colonial, provocou um estrangulamento na investigação científica para os períodos pré-clássico e pré-histórico indiano. Por esta razão careceu ao nível do critério formal requerido em ciência, de *coerência*, *consistência* e de *originalidade*. Ao nível do critério interno falhou na *objectividade*, não conseguiu representar a realidade de forma precisa, tendo criado modelos errados de interpretação histórica e linguística.

A reacção crítica em relação ao *paradigma dominante* nos estudos indianos, deriva da natural reflexão epistemológica e do carácter temporal e provisório do conhecimento vigente. A natural consequência, é precisamente a *ruptura epistemológica* que se está a operar entre nós, e também, complementar o conhecimento das coisas, com o *conhecimento do conhecimento das coisas*.

Sintetizando, verificamos neste momento o declínio da hegemonia indológica da *Lei de Max Müller*, incidente em duas vertentes: *ontológica causal* e *metodológica causal*. A primeira, partindo de uma abordagem errada, quanto às causas que originaram o aparecimento dos povos e das línguas indo-europeias; a segunda, carecendo do método e da verificação científica adequados, o que originou uma falsa perspectiva cronológica.

Não aceitar outras formulações ou modelos explicativos, é equivalente a rejeitar a articulação das ciências (a *interdisciplinaridade* e a *transdisciplinaridade*), para a construção de novos conceitos, tendo como objectivo complementar o *conhecimento das coisas*, com o *conhecimento do conhecimento das coisas*. Foi o que exactamente os filologistas e indólogos clássicos evitaram, e foi por esta razão que a decifração da escrita ideográfica da cultura Harappâ, tem resistido à tanto tempo (quase um século!).

Entre os sistemas de escrita simbólica conhecidos podemos reconhecer três evoluções gráficas designadas normalmente por *pictográfico*, *ideográfico*, *analítico de transição* (sistemas fonéticos) e *silabários*, correspondendo respectivamente às escritas cuneiforme, linear elamita, hitita, hieroglífica egípcia e minoica, linear A e linear B, cipriota e silabário cipriota.

Os sistemas pictográficos não são fonéticos, obedecem a um processo cujo factor sugestivo visual tem um papel de importância capital e em que cada sinal pretende imitar o objecto (de maneira mais ou menos estilizada), ou mesmo um conceito abstracto que, por sua vez, tem uma equivalência linguística. Assim, no *nível existencial*, temos o objecto que de uma forma clara ou estilizada é representado no *nível gráfico* por imitação. O *nível linguístico* (oral) expressa através do significado/significante um facto *acidental* que é a forma linguística à qual o objecto representado equivale.

O grande problema nas decifrações das escritas pictográficas reside exactamente neste nível, que é o da escolha da língua que se supõe ser a original, ou culturalmente mais aproximada, em que uma dada cultura se exprimiu. Como os sistemas pictográficos são sintéticos e representativos de objectos reais, qualquer língua pode ser traduzível e expressa pelos mesmos pictogramas, o que torna os processos de decifração verdadeiros quebra-cabeças linguísticos. Qualquer língua é, assim, uma forte candidata.

Do ponto de vista estrutural, importa fixar a ligação necessária do pictograma com o *nível existencial*, e a relação *acidental* com um domínio linguístico determinado. Por outro lado, os sistemas pictográficos suscitam dificuldades tais, que não é possível obter através deles uma descrição completa (e provavelmente nem aproximada) duma língua, e isto devido a quatro razões principais: 1.^a – a tradução de ideias abstractas é impossível, como em “prazer”, “dor”, “bem”, “dizer”, etc.; 2.^a – não se adaptam facilmente à notação de elementos gramaticais (desinências, preposições, modos, tempos, etc.), o que sublinha a ideia acima expressa, da independência do pictograma relativamente ao nível linguístico; 3.^a – a fixidez do sistema gráfico exige normalmente um elevadíssimo número de sinais; 4.^a – por não ser um sistema gráfico flexível está sujeito a constantes renovações no vocabulário pictográfico, o que demonstra os problemas suscitados pela evolução semântica. Devido a estas razões, não encontramos sistemas pictográficos que sejam ao mesmo tempo puros e completos.

A necessidade de exprimir ideias mais abstractas ou de diferenciar ideias próximas expressas por pictogramas semelhantes ou iguais, representou o passo seguinte na evolução destes sistemas de escrita. A introdução de um factor *convencional* veio solucionar o problema de diferenciação ideográfica e gramatical e revolucionar assim o antigo sistema gráfico. Os sinais convencionais com ou sem valor fonético, passaram a ser assim uma das marcas características dos sistemas ideográficos. Porém, as dificuldades de tradução não diminuem perante as escritas ideográficas, é por isso que o trabalho de transliteração e tradução deve ser sempre apoiado pelo conhecimento prévio de outros sistemas de escrita, assim como, sempre que possível, da recorrência a textos posteriores considerados como pertencentes à mesma tradição cultural e linguística. Este é normalmente o processo seguido pelos investigadores quando decidem decifrar a escrita de uma proto-língua, como é o caso do da cultura Harappã.

Outra alteração ocorrida nos sistemas ideográficos é a simplificação (estilização) dos ideogramas principais ou básicos, que numa fase anterior expressavam uma ideia clara e inequívoca com poucas variantes. A estes geralmente passou-se a juntar sinais

convencionais por um processo de aglutinação ideográfica, pretendendo-se evidenciar assim de forma mais precisa, a tentativa de “copiar” as formas aglutinantes expressas pela oralidade.

Posteriormente, os sistemas fonéticos trouxeram em inovação uma maior aproximação à oralidade, isto é, tentaram reproduzir graficamente frases ou expressões comuns formadas por conjuntos de fonemas. Assim, os sinais fonéticos traduzem a realidade oral através de formas físico-visuais dispostas segundo normas fixas pré-estabelecidas, e de acordo com um protocolo linguístico cultural mais ou menos homogéneo, referente a uma unidade cultural, ou tendendo para uma standartização. Os sistemas fonéticos pressupõem já um notável espírito linguístico e um elevado poder de abstracção e análise. Como as palavras podem-se fraccionar em fonemas e estes contêm vogais e consoantes, os sistemas fonéticos estruturaram-se em torno das composições possíveis que os fonemas permitiam numa dada língua; os sons consonânticos com o auxílio de vogais são reconhecidos nos sistemas fonéticos como elementos constitutivos na composição de palavras e expressões.

O sistema gráfico da cultura de Harappā (Indo-Sarasvatī), não se enquadra historicamente nos sistemas fonéticos e muito menos nos silábicos, mas também já não apresenta as características da “pura” escrita pictográfica, pois os sinais convencionais com ou sem valor fonético aparecem abundantemente, reflectindo assim um passo decisivo na evolução da escrita e da semântica.

Nesta escrita, a sobreposição de dois ideogramas formando um *composto ideográfico*, é um indicativo da importância que se passou a dar ao elemento fonético principal de cada ideograma, abdicando-se inclusivamente do sentido homógrafo de cada *ideograma base* para formar um outro através de uma nova palavra. Desta forma, a aglutinação de sucessivos ideogramas a um *ideograma base* não é sinónimo de uma língua aglutinante, mas pode muito bem significar um passado linguístico a esse nível, assim como o sistema ideográfico demonstra uma derivação pictográfica mais antiga. Por outro lado, a colocação de *dígitos* e de *bastões* juntos a ideogramas base demonstra uma flexibilidade da língua que se pretendeu traduzir graficamente. Assim, estes ideogramas base ao manterem o seu significado fundamental, podem sofrer modificações por *afixação* de outros sinais adicionais indicando a situação de *casos* e de *número*.

Se por um lado a composição dos ideogramas subentende um passado linguístico aglutinante, por outro, a utilização das ideias e conceitos expressos através deles indicam um estado peculiar de notável abstracção, capaz de conceitos que se traduzem na forma subjectiva e na significação indirecta das relações gramaticais, expressas por pequenos indicativos (*prefixos*, *infixos* e *sufixos*) que cedem o seu significado inicial em função do ideograma base a que estão sujeitos.

Sabemos também que a própria evolução gráfica não acompanha a da linguagem, sendo esta última a que está constantemente actualizada. Enquanto que no Vale do Indo ainda se utilizavam ideogramas semelhantes ao pictográfico assírio e ao elamita, ao mesmo tempo na Mesopotâmia já se escrevia em cuneiforme. Neste sentido A. Hassan Dani refere: (...) *Although the Persians used Aramaic for their official transactions because of their employment of Aramaean clerks, it is not clear why Darius used the late cuneiform alphabet for monumental inscriptions.* (A. H. Dani 1986.)

Numa nota dispersa Marc Bloch deixou-nos também esta reflexão: *Muitos homens, muitos escribas vivem mais de quarenta anos — e, se a letra às vezes se modifica ao envelhe-*

cerem, é raro que seja para se adaptarem a novas letras ambientes. Deve ter havido, por volta de 1200, escribas que, já sexagenários, escreviam ainda como lhes tinham ensinado a fazê-lo à volta de 1150. De facto, a história da escrita atrasa-se, de maneira estranha, em relação à da linguagem. (M. Bloch 1987, p. 179.)

Este pensamento adapta-se perfeitamente ao caso da escrita da cultura Harappã, pois só assim se explica a “desactualização” em que os escribas se encontravam relativamente. Por esta razão não pode haver uma relação directa ou derivada, entre a linguagem falada pelas populações naquele período do Vale de Indo, e os ideogramas utilizados, provavelmente associados a uma língua da elite social que pode não ter sido da mesma origem étnica.

Parafrazeando ainda Marc Bloch: *Praticaram numerosas sociedades aquilo a que pode chamar-se bilinguismo hierárquico. Afrontavam-se duas línguas – uma popular, erudita a outra. O que se pensava e se dizia correntemente na primeira escrevia-se, exclusivamente ou de preferência, na segunda. Assim, a Abissínia, do século XI ao século XVII, escreveu o gu’ez, falou o amárico. Assim os Evangelhos narram em grego, que era então a grande língua de cultura do Oriente, conversas que, devemos supô-lo, foram travadas em arameu.* (M. Bloch 1987.)

Como sabemos, a língua é a forma de expressão na construção de modelos do mundo, e ao mesmo tempo que sofre evoluções na medida em que o homem evolui do nomadismo para o sedentarismo, a cidade passou a ser, o bastião da língua mãe. É então que o fenómeno da escrita surge com o nascimento da cidade, e no mesmo momento em que se fabricou o tijolo, o homem teve a ousadia de escrever na argila os nomes dos deuses e até o seu próprio nome. Um princípio geral pode ser aplicado a todas as civilizações: no local onde floresceram e onde se ramificaram, surgiu mais tarde uma língua padrão regional, fixada por várias reformas gramaticais, mas que na sua essência manteve os traços de origem.

É claro que se uma civilização sedentária como a das populações dos vales do Indo e do Sarasvatí, falava uma língua de elite e pelo menos um dialecto regional de base, e tendo um poder económico considerável, por certo que influenciou linguisticamente as populações nómadas que transitavam ao seu redor, e que se tornaram satélites desse centro. É, portanto, nossa convicção, de que a língua que a elite social falava se sobrepôs aos falares vulgares e dialectais.

Para que uma mutação de língua seja possível, é preciso a cumplicidade do sentimento. É preciso que os dominados sintam e estejam dispostos a reconhecer o prestígio dos dominantes [...] quando a língua dos dominados aspira a um prestígio senão superior, pelo menos igual àquele de que goza a língua dos que dominam, nada há a fazer. A coerção falha, falhará sempre... No entanto, a coacção não pode resultar senão pelo preço de uma abominável violência, de uma inquisição pública e privada que decorra a todas as delações ... (L. Febvre 1989, p. 175.)

Ora, a escrita actual da língua Tamil não é mais do que uma adaptação gráfica do antigo *Brâhmi* e as primeiras inscrições datam apenas do século III a.C., uma data muito posterior ao colapso da cultura de Harappã c. 1900 a.C. Não defendemos que um ou mais dialectos dravídicos (ou proto-dravídicos), não fossem falados durante o período desta civilização, o que propomos é que o sistema ideográfico da civilização do Vale do Indo deve estar associado a uma língua padrão que serviu de base para vários textos de ordem astronómica-astrológia, religiosa, política e económica.

A questão de uma população dravídica absorvida por uma minoria invasora ariana, não faz sentido, da mesma forma como uma população geral de fundo dravídico

e de uma elite ariana, não parece ter fundamento, se considerarmos como verdadeira a premissa de que o termo *Ariano* não significa *raça*, mas educação religiosa e comportamento social adequado com determinado cânon religioso e ético; desta forma, *Ariano* seria todo o elemento social que respeitasse tal lei. De facto, a análise dos esqueletos encontrados até hoje no espaço arqueológico da civilização do Indo-Sarasvatī, mostram influências várias que incluem o mundo mediterrânico e a Ásia; não se encontram, portanto, nem grupos tipicamente Drádivas nem puros Arianos.

Asko Parpola, que defendeu a existência de uma língua proto-dravídica como fundo linguístico para esta escrita ideográfica, aceita a ideia da invasão ariana, rejeitando o que a própria tradição indiana diz a respeito do termo *Ariano*. Por esta razão, a sua tentativa de decifração falhou: *The religion of the later Vedic texts is in many respects strikingly different from that of the oldest Rgvedic hymns in the 'family books'. The presence and absence or references to the lunar marking stars is just one of these differences. It seems to me that the radical change in the Vedic religion at this juncture is due to the mingling of the Rgvedic Aryans with an earlier wave of Aryan speakers. The later in turn seem to have become Indianized previously by going through a similar acculturation process, in which they fused together with the Harappans.* (Parpola 1994, p. 14.)

Partindo do princípio de que a língua padrão deve ter sido Indo-Ariana, o Védico-Sânscrito (*ārsam*), ou um uma variante regional (*bhāṣā*), deve ser o candidato para a decifração deste sistema ideográfico. É claro que a escolha desta língua padrão implica a probabilidade e a aceitação da presença de um fundo cultural Indo-Ariano, cronologicamente mais recuado do que suponhamos até hoje.

A falaciosa tese de Max Müller de uma invasão Ariana na Índia, assim como a historiografia produzida a partir dela, não fazem sentido perante as novas datações. Em reforço desta tese, temos as imagens de satélite do vale do rio Sarasvatī, que revelam uma mudança dramática do curso do rio até à sua completa drenagem; a total ausência de referências a invasões no *Rgveda*; a informação astronómica contida nos Vedas; e as recentes descobertas das múmias da região de Tarim Basim (Xinjiang), cujo estado de surpreendente conservação possibilitou a identificação de um substracto Indo-Europeu c. 4000-2400 a.C., são outra prova da presença Indo-Ariana no espaço indiano e himalaico, em época muito recuada e não associada a invasões.

Desta evidência arqueológica deriva directamente uma reformulação cronológica quanto à existência de populações que se expressavam em formas dialectais (variantes) do Indo-Europeu na Ásia central, anteriores aos grupos já conhecidos do Tochariano A e B. Neste sentido e com precaução, D.Q. Adams sugeriu a possibilidade da existência de um nível linguístico mais antigo, que designou como "Tochariano C", tendo como base as datações extremas fornecidas por C¹⁴ de amostras provenientes de Hami, Zaghunlug e Könch Darya 6000 B.P.-3800 B.P. (Adams, pp. 399-411; Franca Ricci, pp. 385-396.)

Como já referimos anteriormente, o grande problema nas decifrações das escritas pictográficas e ideográficas reside exactamente na identificação do *nível linguístico*, por esta razão a escolha de uma metodologia de trabalho no processo de investigação é tão importante, ocupando grande parte da actividade intelectual dos investigadores durante o momento que antecede o processo de decifração e mesmo durante, sempre se trata de fazer correcções ao método, ou até mesmo de escolher outro quando o primeiro se mostrou inoperante, o que acontece com não menos frequência.

É evidente que a escolha de um vocábulo numa determinada língua elimina logo à partida todas as outras resultando numa reacção em cadeia no processo de decifração. Se o primeiro passo dado, que é o da escolha da língua, foi em falso, o investigador encontra-se em situação de *erro material* e antes que se aperceba disso pode levar alguns meses ou até anos até constatar tal facto.

Erro material não significa neste contexto *erro metodológico*, pois a metodologia pode estar correcta e ser aplicável a várias situações de investigação científica; o *erro material* diz unicamente respeito à escolha do elemento base (neste caso linguístico) a ser testado em várias situações e combinações possíveis. Mas também pode dar-se o caso de o *objecto* a ser testado (a língua) estar certo e o *sistema metodológico* errado, o que juntamente com a hipótese anterior faz aumentar de forma aritmética as possibilidades de erro.

Pelas razões expostas torna-se clara a conclusão de que num processo de decifração de uma escrita pictográfica ou ideográfica, o investigador deve valer-se de uma formação básica e científica sólida, o que inclui na sua bagagem metodológica vários instrumentos de auxílio. Deverá valer-se também, pelo menos, da informação fornecida por outras ciências auxiliares que podem concorrer para o efeito com segura e adequada informação. Entre os instrumentos de auxílio contam-se as regras básicas de combinação pictográfica já conhecidas de outros sistemas de escrita, situações que geralmente são imutáveis devido à fixidez interna destas escritas. Das ciências auxiliares destacamos a Antropologia, Arqueologia, História, Geografia e naturalmente a Linguística, o que inclui pelo menos o conhecimento de uma língua clássica (neste caso do Sânscrito e do Védico). A situação ideal seria a de um investigador cuja formação contemplasse estes cinco ramos do conhecimento.

Como se pode constatar, a decifração de uma escrita desconhecida envolve grandes dificuldades e obstáculos vários impedem muitas vezes o rápido sucesso. Durante décadas, a excessiva especialização universitária criou nichos estruturais que só recentemente começaram a tornar-se permeáveis a outras fontes de informação e formação oriundas de outras ciências, e a razão para este fenómeno é clara, a *ruptura epistemológica*, a *revolução nas ciências* e a constante procura de uma *teoria explicativa* do fenómeno humano, neste caso ao nível das proto-línguas, têm sido o motor fundamental na enorme reestruturação que se está a operar entre nós. Neste sentido referiram-se Michael Fuett e Colin Renfrew durante uma conferência internacional realizada em Abril de 1996 no museu da Universidade de Pennsylvania para a discussão dos referidos achados arqueológicos em Xinjiang, sustentando que quer as investigações sobre o cultura Tochariana, as múmias encontradas naquela região e os respectivos artefactos, revelam de forma clara um longo processo de *difusionismo*, ponto de vista que “deveria ser tomado seriamente outra vez”, como sublinhou C. Renfrew.

As dificuldades na decifração da escrita da cultura Harappā foram acrescidas, pela total inexistência de uma “tablete bi(tri)-língue” como sucedeu com Champollion, que foi presenteado com a Pedra de Roseta, e Rawlinson com a inscrição de Behistun. A existência de tábuas deste género implica sempre actividades relacionadas com a diplomacia e relações político-económicas, entre culturas que se relacionaram de forma profunda, e cujos tratados regulavam as formas de trato. Mas mais importante do que as próprias tábuas, foram os indivíduos ou pequenas comunidades de escribas e tradutores, responsáveis pelas traduções desses textos e das mensagens trazidas periodicamente.

mente por estafetas. É de supor que no Egípcio existissem tradutores de Sumério, como na Suméria vivessem tradutores de Egípcio, assim, não é difícil de admitir que na cultura Harappâ se encontrassem também escribas e tradutores bi e tri-lingues.

Como existem descrições sumérias de tempo de Sargão de Akkād, relativas a terras a oriente da Suméria incluindo *Aratta* e *Melahha* (*Mlecchadeśa* - म्लेच्छदेश), é provável que de facto tenham existido tabletes de textos mais longos, o problema é encontrá-las. Até que a sorte nos bafeje com um achado desta envergadura, contentamo-nos com a coleção de selos que temos à nossa disposição publicada no *Corpus of Indus Seals and Inscriptions* (Parpola et all.).

Bibliografia

- ADAMS, Douglas Q. *Mummies*, JIES, vol. 23, n.º 3-4, Fal/Winter 1995.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1987.
- DANI, Ahmad Hasan. *The Historic City of Taxila*, Paris, UNESCO, 1986.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- FRANCALACC, Paolo. *DNA Analysis of Ancient Desiccated Corpses from Xinjiang*, JIES, vol. 23, n.º 3-4, Fal/Winter 1995.
- FRAWLEY, David. *Vedic Ayans and the Origins of Civilization*, Canada, World Heritage Press, 1994.
- JACOBI, Hermann. On the date of the Rig Veda, in *Indian antiquary*, n.º 23, 1894.
- MONIER-WILLIAMS, M. *A Sanskrit-English Dictionary*, New Delhi, Motilal-Banarasidass, 1899, p. ix.
- PARPOLA, A.; J. P. Joshi; S. G. Mustafa Shah (et all.). *Corpus of Indus Seals and Inscriptions. Collections in India* (vol. I). *Collections in Pakistan* (vol. II), *Annales Academiae Scientiarum Fennicae*, Helsinki, 1987-1991.
- PARPOLA, Asko. *Deciphering the Indus Script*, Cambridge University Press, Cambridge, 1994.
- SEIDENBERG, A. *The ritual origin of geometry*. *Archive for history of exact sciences*, n.º I, 1962, pp. 488-527.
- *The origin of mathematics*. *Archive for history of exact sciences*, n.º 18, 1978, pp. 301-342.
- SENGUPTA, P. C. *Solstice Days in Vedic Literature*, Calcutta, Journal Royal Asiatic Society of Bengal, vol. 4.º, art. 16.º, 1938, pp. 415-434.
- *The solar eclipse in the Rg Veda and the date of Atri*, Journal Royal Asiatic Society of Bengal, vol. 7.º, 1941.
- TILAK, B.G. *Orion: researches into the antiquity of the Vedas*, Poona, (1893) 1989.